

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

COELHO NETO, Rogério. *Rogério Coelho Neto (depoimento, 1998)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

ROGÉRIO COELHO NETO
(depoimento, 1998)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 26/03/1998

duração: 2h 40min

fitas cassete: 03

páginas: 23

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.

ROGÉRIO COELHO NETO

Nasceu em São Gonçalo (RJ) em 13 de abril de 1936. Começou a Faculdade de Direito de Niterói mas não concluiu o curso. Iniciou a carreira no jornal fluminense *Diário do Comércio* no fim dos anos 50. Em 1960 começou a trabalhar na sucursal do *Jornal do Brasil* em Niterói e atuou na assessoria de imprensa de vários governos estaduais, desde Roberto da Silveira até Raymundo Padilha. Com a fusão, em 1975, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Continuou no *Jornal do Brasil*, onde foi subeditor de política, até 1990. Passou por Brasília como coordenador de imprensa de Renan Calheiros no Congresso e hoje é superintendente de Comunicação Social da Petrobrás. Seu depoimento foi concedido a Marieta de Moraes Ferreira e Américo Freire em 26 de março de 1998.

Jornalista em Niterói

Poderia nos falar, rapidamente, sobre seus dados familiares e nos contar o início da sua vida profissional?

Sou natural de um município do estado do Rio chamado São Gonçalo, que é vizinho de Niterói. Os dois até se confundem, têm fronteiras que não são muito distintas, e eu costumo denominar Niterói - São Gonçalo aquele mesmo território continuado. Nunca me mudei do local onde nasci. Moro numa rua que é divisa, metade é Niterói e metade é São Gonçalo. Moro no lado de São Gonçalo mas, se atravesso a rua, estou em Niterói.

Minha mãe era uma imigrante italiana chamada Letícia Agnello Coelho Neto, já falecida, e meu pai, Jaime Coelho Neto, era baiano. Nasci de um cruzamento meio engraçado, de italiano com baiano, mas acho que peguei mais aquele pique do italiano, porque o baiano, dizem que é mais indolente.

Quanto à minha formação, cursei a Faculdade de Direito de Niterói até o segundo ano. Aí me deixei encantar pelo jornalismo, que naquela época, quando comecei, ainda era muito ligado à boemia, e acabei largando o curso de direito. Mas não me arrependo. Acho que alcancei, no jornalismo, aquilo que esperava. Acho que fui bem longe, saindo de uma província.

Em que jornal o senhor começou sua carreira? Quais foram os seus mestres no jornalismo?

Comecei a trabalhar num jornal de Niterói chamado *Diário do Comércio*. Esse jornal foi fundado por Dalton Feliciano Pinto, um jornalista muito combativo na política do estado do Rio, na linha de oposição. Foi lançado para se contrapor a *O Estado*, jornal do grupo dos Diários Associados, e ao *Diário do Povo*, o jornal mais importante da capital do estado do Rio antigo, dirigido por um jornalista chamado José de Matos, que tinha uma característica: não escrevia, mas sabia montar equipes. Dirigiu o *Diário do Povo* de uma maneira fantástica. O Dalton veio então para se contrapor a esses dois: *O Estado*, que não tinha uma linha política muito definida, não era nem governo nem oposição, era meio independente, e o *Diário do Povo*, que era um jornal mais governista. E o *Diário do Comércio* ocupou bem o espaço na linha de oposição. Foi um jornal que marcou época. Durou três ou quatro anos, se não me engano.

Isso foi entre 1958 e 60, mais ou menos. Em 60, fui para o *Jornal do Brasil*, que estava começando a se instalar no estado do Rio. Roberto da Silveira¹ era o

¹ Roberto Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) em 11 de junho de 1923. Ingressou na Faculdade de Direito de Niterói no início da década de 1940 e ainda universitário foi redator do Departamento Estadual de Propaganda e secretário do jornal fluminense *Diário da Manhã*. Após a derrubada do Estado Novo, foi nomeado oficial-de-gabinete do interventor federal no estado do Rio, Lúcio Meira, que exerceu o cargo entre 11 de fevereiro e 23 de setembro de 1946. Em 1947 foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro na legenda do PTB e formou-se em direito. Reeleito deputado estadual em 1950, foi secretário do Interior e Justiça do governo Amaral Peixoto de 1951 a 1954, ano em que foi eleito vice-governador do estado com o apoio da coligação PSD-PTB, recebendo mais votos do que o governador Miguel Couto Filho. Tornou-se então presidente do PTB fluminense. Em 1958 candidatou-se a governador, tendo como vice Paulo Bruno Brito de Araújo, com o apoio de uma coligação formada pelo PTB, a UDN, o PDC e o PSB, e enfrentou a

governador, tinha muita amizade com o dono do *Jornal do Brasil*, dr. Nascimento Brito, e fez a cabeça dele, acenando com a possibilidade de ele ser candidato a deputado federal pelo PTB. Ele então começou a fazer essa passagem, a se movimentar mais no antigo estado do Rio, através da sucursal que montou em Niterói.

Naquela época, o grande veículo de comunicação do estado do Rio era um jornal falado chamado “Grande Jornal Fluminense”. Era um noticioso de rádio que tinha uma hora e meia de duração. O programa era dividido em seções: seção da Assembléia, seção política, seção do Judiciário. Era como se fosse um jornal bem editado, que você abre e vê: política, economia, esportes. O “Grande Jornal Fluminense” tinha tudo isso e mais um detalhe: era um veículo que dava os atos oficiais do governo do estado do Rio. Então, lá em Campos, lá em Conceição de Macabu, em São Fidélis, em Barra do Piraí, São João da Barra, o sujeito que estava esperando, por exemplo, por uma aposentadoria, ou por uma melhoria de carteira como funcionário público, era informado primeiro por ele, porque o *Diário Oficial*, naquela época, levava 15, 20 dias para chegar.

O “Grande Jornal Fluminense” era retransmitido por muitas emissoras do interior e também por rádios grandes. Ficou na Rádio Jornal do Brasil, se não me engano, durante 20 anos. Quando o Brito montou a sucursal do *Jornal do Brasil* no estado do Rio, o contrato do “Grande Jornal Fluminense” estava terminando, e eles estavam indo para a Rádio Mayrink Veiga. O que fez o *Jornal do Brasil*? Lançou também um jornal falado, para competir com o “Grande Jornal”. Fui um dos jornalistas que iniciaram os trabalhos dessa sucursal e desse jornal falado, levado pelo Carlos Pinto, que foi um dos melhores jornalistas de economia do *Jornal do Brasil* e d'*O Globo* e hoje é assessor de imprensa da Petrobras. Foi ele quem me levou para o *Jornal do Brasil*. Fui ficando, ficando, e assim se passaram 30 anos.

*Esse “Grande Jornal Fluminense” era patrocinado por quem? Era ligado ao jornal O Fluminense?*²

Não tinha nada a ver com o jornal *O Fluminense*. Era da família Batista da Costa. João Batista da Costa depois foi vice-governador do estado do Rio, na época em que o Badger da Silveira, irmão do Roberto, se elegeu governador, em 1962.³

chapa formada por Getúlio Moura e Celso Peçanha, do PSD. Venceu a eleição por larga margem de votos, enquanto Celso Peçanha era eleito vice. Empossado em 1º de fevereiro de 1959, faleceu em 28 de fevereiro de 1961, vítima de acidente de helicóptero, sem completar o mandato. Ver *DHBB*, op. cit.

² Jornal fundado em Niterói em 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Com a morte de Rodrigues de Miranda, passou às mãos de seu genro, Luís Henrique Xavier de Azeredo, que o dirigiu de 1919 a 1944 e o deixou em testamento a seu neto, José Luís Azeredo da Silva. Este, em 1954, convocou Alberto Torres para sanear as finanças da empresa. Alberto Torres assumiu então a direção de *O Fluminense* e, no ano seguinte, adquiriu seu controle acionário, passando o jornal a defender as posições da UDN. *O Fluminense* permanece em circulação e é até hoje dirigido por Alberto Torres. Ver *DHBB*, op. cit.

³ Badger Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) em 10 de março de 1916. Formou-se em direito, foi um dos fundadores do PTB no estado do Rio de Janeiro em 1945 e, ao lado do irmão Roberto da Silveira, teve participação ativa na campanha nacionalista pré-criação da Petrobras. No governo de Roberto da Silveira ocupou vários cargos administrativos. Com a morte deste, teve sua candidatura ao governo do estado lançada pelo PTB. Venceu a eleição de 1962 derrotando seu principal adversário, Tenório Cavalcanti, candidato da coligação PST-PTN. Um dos mais fiéis aliados do presidente João Goulart, em de maio de 1964 teve seu *impeachment* aprovado pela

Naquela época, vice também era votado. Ele disputou o cargo pela UDN e teve mais votos que o Badger. Tinha uma influência política muito grande, influía realmente na eleição de governadores, de deputados federais e estaduais. O apoio do “Grande Jornal Fluminense” era disputado quase a tapa pelos políticos do estado do Rio e de todos os partidos.

O que o senhor fazia, de início, no Jornal do Brasil?

Eu tinha de acompanhar o Roberto da Silveira. Era um dos jornalistas políticos da sucursal. O *Jornal do Brasil* tinha duas páginas dedicadas ao estado do Rio, encartadas no seu caderno principal.

As relações do Jornal do Brasil com Roberto da Silveira deviam ser muito próximas, não?

Eram, pela amizade dele com o dr. Brito. Mas isso não queria dizer compromisso. A sucursal do *Jornal do Brasil* tinha independência total. Teve até um papel muito importante na alavancagem do processo político no antigo estado do Rio por isso, porque foi um jornal de peso que chegou lá e mexeu com as estruturas. Como acabei de dizer, naquela época a hegemonia era do “Grande Jornal Fluminense”. E o *Jornal do Brasil* chegou e dividiu, porque, de repente, o político de São João da Barra saía na edição nacional do jornal. As páginas que o *Jornal do Brasil* fazia sobre o estado do Rio saíam em edição nacional, não era como hoje, que você tem um jornal de base d’*O Globo* ou d’*O Dia*, e um jornal regional. De repente, lá em Brasília, saía alguma coisa relacionada com São João da Barra, com Barra do Piraí, enfim, com o interior. A importância do *Jornal do Brasil* foi essa. Ele deu um novo sentido à política, permitiu que a cobertura fosse mais equânime. Com essa proposta de cobertura aberta da política do estado do Rio, acima dos partidos, o que foi que aconteceu? Ele forçou o “Grande Jornal Fluminense” a acompanhar esse processo. E isso foi bom, equilibrou.

O governo Roberto da Silveira

No governo Roberto da Silveira o senhor também teve uma passagem pela assessoria de imprensa da Secretaria de Trabalho e Serviço Social, não é isso?

Isso foi o seguinte: fui trabalhar num departamento de plano agrário, mas não precisei deixar as minhas atividades de jornalista. Era o editor de uma revista que eles tinham, dirigida ao homem do campo, e continuava no *Jornal do Brasil*.

Quem era o secretário de Trabalho e Serviço Social do governo Roberto da Silveira? Essa secretaria tinha relevância em termos de articulação política?

O secretário era o Waldir de Carvalho, empresário de Volta Redonda que o Roberto trouxe para a política e era muito ligado a ele. Mas foi apenas secretário, não teve um grande vôo. Depois que o Roberto morreu, tentou se eleger duas vezes, mas não conseguiu. Quanto à articulação política, no antigo estado do Rio ela nunca foi feita por secretaria nenhuma, sempre foi feita pelo próprio governador no Palácio do Ingá, diretamente com as chefias políticas. Naquela época, você também tinha uma

Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e dois dias depois teve seus direitos políticos cassados por 10 anos com base no Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril. Ver *DHBB*, op. cit.

situação diferente da de hoje. O governador, por exemplo, andava na rua. Roberto da Silveira às vezes deixava o Palácio do Ingá às 10, 11 horas e ia para a rua Rio Branco, onde havia o maior movimento noturno de Niterói, para tomar uma cerveja ou uma caipirinha naqueles botequins. Era um homem nessas condições. Ninguém precisava andar com segurança atrás. E havia aquele hábito de o governador se reunir, pelo menos três vezes por semana, com os deputados estaduais, uma vez com os deputados federais. Os esquemas políticos eram assim bem estreitados entre o próprio governador e os deputados e secretários.

Quem eram as pessoas-chave do governo do Roberto da Silveira?

Roberto da Silveira se elegeu até contrariando um ponto de vista da época, da impossibilidade de se unir esquerda e direita. Fez uma aliança com 13 partidos, em que entraram todos os partidos reconhecidos na política do estado do Rio. Só o PSD ficou de fora. O partido do Amaral Peixoto. O Roberto disputou a eleição com o Getúlio Moura, do PSD, e ganhou, com uma votação bem expressiva. E aí, tiveram muita influência no seu governo dois políticos fantásticos da antiga UDN. Um foi o Jorge Loretti, que foi depois presidente do Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e hoje está no governo do Marcello Alencar como secretário de Interior e Justiça. Esse tinha uma grande influência junto do Roberto, era o homem, por exemplo, que redigia os discursos dele para aquelas ocasiões em que não é recomendado falar de improviso, como numa grande solenidade. O outro era o Alberto Torres,⁴ que é o dono do jornal *O Fluminense*, e era secretário de Educação. O Jorge Loretti era chefe da Casa Civil.

É engraçado, porque Roberto da Silveira era um político de perfil bastante populista e, no entanto, chamou para sua assessoria mais próxima dois políticos de perfil mais conservador.

Mas o Roberto da Silveira tinha uma capacidade de comando muito forte, não perdeu o controle, não perdeu o conteúdo, não maculou o perfil dele com isso. Pelo contrário, mostrou, acredito eu, ao Brasil, que era possível ganhar o governo através de uma política de alianças. Melhor dizendo, mostrou ao Brasil que, quando você tem um adversário muito forte, dentro do pluripartidarismo, só tem êxito se souber fazer bases de aliança. Ele fez isso, construiu essa coligação.

A seu ver ele conseguiu levar essa aliança bem até o fim?

Levou. O problema é que você não tem como julgar o Roberto líder, porque quando ele ascendeu realmente à posição maior de liderança, logo depois morreu. Ele foi secretário de Justiça do Amaral — todo mundo na política do estado do Rio começou, de certa maneira, sob o guarda-chuva do Amaral, isso é indiscutível —, depois foi deputado estadual, depois foi vice-governador, na época em que era governador o Miguel Couto, e afinal chegou a governador. Mas aí não se tem como julgar. A única certeza que eu tenho é de que, se ele fosse vivo na época da revolução,

⁴ Alberto Torres nasceu em Niterói em 1912, formou-se em direito e fez carreira no jornalismo e na política. Na legenda da UDN, foi deputado estadual de 1947 a 1955 e deputado federal de 1955 a 1959; na legenda da Arena, voltou à Assembléia estadual de 1967 a 1979. Ver *DHBB*, op. cit.

também seria cassado, porque estaria realmente numa posição excepcional, de liderança nacional.

Há até um detalhe aí. Se o Roberto da Silveira não tivesse morrido, o candidato a deputado federal em 1962, para puxar voto pelo PTB do Rio de Janeiro, não teria sido o Brizola, e sim ele. Isso já estava acertado com João Goulart. Conheço essa história, participei de conversas, por exemplo, com o falecido Paiva Muniz, que foi deputado federal pelo estado do Rio, com o Álvaro Fernandes, com o Palmir Silva, que foram muito ligados ao Roberto da Silveira e tinham essa informação. Com isso se teria mudado, de certa maneira, o retrato político daquela época. Roberto teria sido candidato a deputado federal pelo PTB do Rio, porque o PTB do Rio — é interessante — nunca teve uma grande expressão de liderança. Antes do Brizola, quem é que ele foi procurar para ser uma figura, um pólo de atração de voto no Rio de Janeiro? O filho do Getúlio, Lutero Vargas. Sérgio Magalhães, por exemplo, se elegia deputado federal, mas não era um puxador de legenda.

Na verdade, não existia no Rio um líder de massas.

Não. Nem no PTB nem no PSD. O grande partido do Rio, antigo Distrito Federal, depois estado da Guanabara, era a UDN. E o PSP. O grande líder era o Lacerda, da UDN.

O que eu acho mais importante nesse ciclo do Roberto da Silveira, quando ele quebrou a hegemonia do PSD, foi que ele trouxe para a política do estado do Rio, para um cenário maior, grandes lideranças estudantis, que nunca tinham tido grande oportunidade. Nós tivemos um Kiffer Neto, um Miguel Saad, que ainda está atuando, hoje, como secretário de Governo do Jorge Roberto da Silveira, filho do Roberto, uma porção de pessoas.

Ele também trouxe novos líderes sindicais?

No estado do Rio antigo, as expressões maiores de liderança sindical independiam do processo político vinculado ao PTB, faziam parte do Partido Comunista Brasileiro, que naquela época estava na clandestinidade. O Roberto então apenas se aliava com as lideranças sindicais, como era do estilo do próprio Jango — Jango tinha as lideranças sindicais sob controle, mas sem vinculá-las diretamente ao PTB. Elas pairavam acima do partido. No estado do Rio era a mesma coisa.

O importante mesmo foram as lideranças estudantis que o Roberto trouxe. Naquela época não existia ainda a Universidade Federal Fluminense, havia faculdades isoladas, e a Faculdade de Direito de Niterói foi a grande escola de lideranças do estado do Rio. Todas as grandes personalidades políticas do estado passaram por lá.

O senhor considera então que Roberto da Silveira renovou as lideranças.

Renovou. Porque o que é que você tinha? O PSD ganhava sempre, renovava as pessoas no interior através das eleições, mas a máquina permanecia e não mudava nada. Roberto, não, Roberto chegou e mudou, alterou bastante a máquina. Deu oportunidade a novas pessoas, até no campo técnico, porque começou a fazer mudanças no segundo escalão, no terceiro. Não teve tempo de fazer uma mudança profunda porque morreu logo. E o irmão dele, Badger, que ganhou depois, pegou a

transição do Celso Peçanha, que era o vice do Roberto, mas do PSD, e também não teve tempo de fazer um trabalho intensivo.

O governo Badger da Silveira

Em um ano e meio de governo, realmente, Badger da Silveira foi cassado. Como foi a entrada dele na eleição de 1962? Ele já tinha uma inserção política anterior?

Não. Nenhuma. Era simplesmente o irmão do Roberto e entrou para a política para tentar resgatar a herança do Roberto. Tanto que houve até uma batalha jurídica grande para ele ser candidato, porque se estabeleceu uma polêmica: diziam que ele não ia suceder ao Celso Peçanha, e sim ao período de governo do irmão. Isso foi até ao STF e foi resolvido. E ele veio nesse vácuo. O PTB queria ganhar o governo de novo, mas não tinha uma liderança para ganhar. O Roberto não tinha conseguido criar uma liderança capaz de substituí-lo. Tinha lançado três candidatos, já no primeiro ano, que eram o Álvaro Fernandes, presidente da Assembléia, o Paiva Muniz, secretário de Transportes, e o Augusto de Gregório, secretário de Fazenda. Lá na frente, escolheria um desses três como candidato à sua sucessão. Estava testando: chamava um hoje para aqui, outro amanhã para ali. Mas nenhum dos três teria condição de ocupar aquele vazio que a morte dele causou no estado do Rio. Então, o que foi que o PTB imaginou? Imaginou trazer uma pessoa da família. E deu muito certo.

Na sua opinião, Badger da Silveira, ao assumir o governo, conseguiu construir um esquema político?

Esse é um detalhe interessante: o Badger, na visão de alguns líderes do PTB da época, estava fazendo um governo até com muito mais independência política do que o Roberto, porque tinha assumido menos compromissos eleitorais. Ele se elegeu porque era irmão do Roberto, na comoção. Fez algumas alianças, mas não prometendo, não definindo funções: fulano vai ser isso, beltrano vai ser aquilo. Tanto que o PTB teve um espaço muito maior no governo Badger.

Ele conseguiu se tornar, como líder petebista fluminense, um interlocutor importante do governo federal?

Conseguiu. João Goulart o recebia com muita frequência. Tenho a impressão de que ele ocuparia esse espaço, realmente. Não com o carisma do irmão, porque de 100 em 100 anos não nascem dois políticos com o carisma do Roberto da Silveira. A história do Roberto da Silveira é uma das mais bonitas da política brasileira, na minha opinião. Roberto foi um menino pobre que veio de Bom Jesus de Itabapoana e se formou na Faculdade de Direito de Niterói, ocupando um quarto numa pensão bem modesta que havia ali na Presidente Pedreira, perto da faculdade; depois, foi trabalhar no *Diário do Povo*, ganhou a vida como jornalista. Foi uma pessoa que saiu realmente de dentro dele mesmo para exercer a liderança fantástica que exerceu. Pena que as circunstâncias tenham impedido que ela fosse bem além.

O Badger não tinha aquele carisma, aquela força eleitoral do Roberto, aquela presença, aquela capacidade de impressionar, mas era um político, também, muito cioso da responsabilidade do governo do estado. Eu diria até que ele tinha uma coisa que o Roberto também tinha, em determinados momentos, mas sabia separar: o Badger zelava mais pela chamada majestade do cargo, porque não tinha aquela

capacidade de ir para a rua, como o Roberto ia, tomar uma cerveja, tomar uma caipirinha, de noite, carregando o peso da faixa de governador. Mas tenho a impressão de que ele faria um bom governo. Como o Roberto também faria.

Esse é um julgamento muito difícil para os historiadores, porque foram governos que não acabaram. Tanto que o Jorge Roberto da Silveira, quando diz que quer ser governador do estado, alega que isso não é parte de um processo político pessoal, mas é porque a fatalidade deve à família dele um mandato inteiro de governador. O pai governou dois anos, e o tio, outros dois. Então ele acha que tem quatro anos de mandato para resgatar: dois do pai e dois do tio. É como ele embasa o sonho de um dia se tornar governador do estado. O Jorge Roberto é um político muito inteligente. Hoje, ele tem o domínio absoluto da política de Niterói. Ainda não começou a marcar totalmente a sua liderança no interior, mas além do PDT, há uma série de partidos que gravitam em torno dele, inclusive o PTB, que era o partido original do pai dele. Hoje, se o Garotinho, por exemplo, se eleger, com o instituto da reeleição, naturalmente ele fecharia o espaço para o Jorge Roberto concorrer em 2002. Mas o Jorge Roberto tem a opção de deixar o PDT e ir para o PTB. Não precisa decidir nada agora, tem três anos para resolver. Em três anos muita água passa por debaixo da ponte...

Na época do governo Badger, o senhor estava na Agência Fluminense de Informações. O que era essa agência? Era do governo?

Era uma agência de notícias que o governo tinha para encaminhar noticiário, porque os jornais do interior do estado do Rio tinham dificuldade de receber informação. Trabalhava-se muito com matérias especiais. Uma obra, por exemplo, como a avenida do Contorno, que é o braço inicial da Rio-Manilha, que vai da ponte Rio-Niterói até a BR-101: mostrava-se como é que ia ser, a importância da obra para ligar o Barreto, bairro da Zona Norte, ao município de São Gonçalo. Trabalhava-se muito em cima disso, para suprir um vácuo de informações para o interior. Nessa época eu realmente me licenciei do *Jornal do Brasil* para trabalhar na Agência Fluminense de Informações, mas depois voltei.

Os governos da revolução

Qual foi a influência do golpe de 64 na imprensa do antigo estado do Rio?

Praticamente não foi grande. A censura era exercida no Rio, a sucursal do *Jornal do Brasil* cobria tudo, mandava o que achava que devia mandar, e no dia seguinte se conferia: isso saiu, aquilo não saiu ### naturalmente porque foi censurado.

O senhor conhece a origem da indicação de Paulo Torres⁵ para o governo do estado do Rio?

⁵ Paulo Torres nasceu em Cantagalo (RJ) em 1903 e fez carreira no Exército. De 1938 a 1939 foi prefeito de Teresópolis, nomeado pelo interventor Amaral Peixoto, e de 1955 a 1956 foi governador do Acre. Promovido a general em 1960, exerceu o Comando Militar da Amazônia em 1963 e, no ano seguinte, após o *impeachment* de Badger da Silveira, foi eleito por via indireta governador do estado do Rio de Janeiro. Em 1966 deixou o governo para se candidatar ao Senado na legenda da Arena. Foi senador de 1967 a 1975 e deputado federal de 1979 a 1983. Ver *DHBB*, op. cit.

Essa indicação — é até interessante — foi do Castelo Branco, direta. A família do Paulo Torres é uma família tradicional no estado no Rio. Acúrcio Torres,⁶ irmão dele, foi líder do Dutra na Câmara dos Deputados. Alberto Torres, outro irmão, é o dono do *O Fluminense*. A indicação na verdade foi uma articulação do Amaral Peixoto nos bastidores. Amaral trabalhou a base. Paulo Torres veio indicado pelo Castelo, pelo chamado Comando Revolucionário, mas já tinha o apoio de toda a Assembléia Legislativa para se eleger indiretamente governador. Por quê? Porque, para o processo político do estado do Rio, ele era realmente a melhor indicação. Pensou-se também no Justino Alves Bastos, que era comandante do IV Exército, o Justino chegou a pegar o avião para vir assumir o governo do estado do Rio, mas no caminho o Amaral cortou.

Amaral Peixoto continuava então dando as cartas.

Dava as cartas. O Amaral nunca perdeu o controle político do antigo estado do Rio. A história política do antigo estado do Rio tem um divisor de águas, que foi o Amaral. Foi um grande visionário, um sujeito que pensava muito à frente. Até na construção de escolas. Hoje se tem essa concepção do Ciep.⁷ O Ciep, para mim, é uma concepção errada — estou falando do prédio, não do programa — porque se esgota nele mesmo. Você não amplia um Ciep, não há área para isso. Aquele pré-moldado é aprontado ali, dentro de uma área x, e você não pode subir, não pode botar um anexo do lado. As escolas que o Amaral fez no antigo estado do Rio, todas elas estão aí até hoje sendo ampliadas constantemente, para atender a novas clientelas. Por quê? Porque ele sempre fez escolas em grandes áreas, no centro das comunidades. As estradas que o Amaral Peixoto construiu sempre tinham, tanto na margem esquerda quanto na direita, mais uma largura para serem ampliadas, para se fazer uma outra pista. Hoje você não vê isso. Não existe hoje um administrador desse tipo, com esse senso futurista que ele tinha. Eu realmente sou até um pouco suspeito para falar do Amaral, porque ele foi uma pessoa que influenciou muito na minha formação de Brasil. Era uma pessoa fantástica para você conversar, se ilustrar sobre Brasil, uma das pessoas que mais conheciam o país. Douel de Andrade,⁸ também, foi outro político notável nessa visão de Brasil. Enriqueceu muito a política do estado do Rio, depois de 82.

O senhor chegou a ter uma função no governo Paulo Torres, foi secretário de Trabalho e Serviços Sociais.

⁶ Acúrcio Torres nasceu em Cantagalo (RJ) em 1897. Bacharel em direito, foi vereador em Niterói de 1919 a 1923, deputado estadual de 1928 a 1930 e constituinte de 1934. Em 1945 foi novamente eleito constituinte, na legenda do PSD, e ocupou uma cadeira na Câmara até 1951. Faleceu em 1976. Ver *DHBB*, op. cit.

⁷ O Centro Integral de Educação Popular (Ciep) foi o modelo de escola de atendimento integral implantado no primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro (1982-1986), com base em projeto do vice-governador e secretário de Educação Darcy Ribeiro.

⁸ Douel de Andrade foi deputado federal por Santa Catarina de 1959 a 1966 na legenda do PTB e a seguir do MDB. Em 1980, por ocasião da fundação do PDT, por Leonel Brizola, assumiu a vice-presidência nacional do partido. Em janeiro de 1983 passou a exercer a presidência nacional do PDT, substituindo Brizola, que assumiu o governo do Rio de Janeiro. Ver *DHBB*, op. cit.

Exato. Fui secretário durante seis meses. Foi quando o Paulo Torres se desincompatibilizou para disputar o Senado, e assumiu o Teotônio Ferreira de Araújo,⁹ que era um político de Campos. Ele era amigo do meu pai, tínhamos uma relação de família, disse que precisava de mim e fui ajudá-lo. Participei nessa época, inclusive, da organização da campanha do Paulo Torres para o Senado. E me lembro de uma passagem interessante. No final de 1966, depois de o Paulo Torres ter ganhado a eleição, fui fazer-lhe uma visita na sua casa em Icaraí e, quando me despedi, ele disse: “Eu gostaria muito de voltar a ser governador do estado, eleito pelo voto, para, aí sim, fazer um governo de renovação e de mudança”. Perguntei: “Mas por que você não fez isso agora?” Ele respondeu: “Não dava, por uma razão muito simples: agora é que eu passei a conhecer os homens”. Entendo que isso deve ocorrer com quase todo mundo que governa: só se aprende a conhecer os homens depois que se deixa o poder...

O senhor há pouco ressaltou as obras de Amaral Peixoto. O que Paulo Torres trouxe para o estado do Rio em termos de iniciativas econômicas, sociais? Houve algum empreendimento de destaque?

Paulo Torres foi um revolucionário no nível de obras e de melhoramentos das cidades do interior. Levou muito a presença do estado para o interior. Mexeu com o sistema de água, política rodoviária, tudo isso cresceu muito no governo dele. Mas foi um governo curto. Foi ele que criou a Coderj, que não chegou a deslanchar. A Flumintur, foi ele também que criou. O estado era pobre, dependente. Agora, naquela época não havia esse inchaço de pessoal que consome a maior parte da receita. Você tinha uns 60, 70% da receita orçamentária para usar em obras. Acho que esse inchaço que se vê hoje é uma consequência do próprio tempo. Começou-se a jogar na folha os funcionários aposentados, houve a criação indiscriminada de empresas estatais, fundações, que foram uma janela que se abriu para dar emprego à vontade... Amaral Peixoto, por exemplo, tinha uma visão completa sobre orçamento, programas, aqueles detalhamentos todos. Dizia: “Acho tudo muito bonito, mas sempre trabalhei com um contador. Ele elaborava as minhas propostas orçamentárias dentro da seguinte realidade: não posso gastar mais do que vou arrecadar. Então, se a previsão de arrecadação é de 100 mil cruzeiros, não posso gastar 200 mil”. Naquela época era assim. Acho que essa parafernália toda da tecnocracia ajudou muito a bagunçar o processo político.

Como o senhor viu a indicação de Geremias Fontes¹⁰ para governador? Era um político bastante desconhecido.

⁹ Quando, em 11 de agosto de 1966, Paulo Torres deixou o governo para candidatar-se ao Senado, foi substituído provisoriamente por Teotônio Ferreira de Araújo, que permaneceu no cargo até 31 de janeiro de 1967, data em que tomou posse seu sucessor, Geremias de Matos Fontes. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁰ Geremias de Matos Fontes nasceu em São Gonçalo (RJ) em 28 de junho de 1930. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói em 1954 e, depois de ter sido secretário da prefeitura de São Gonçalo, candidatou-se a prefeito na eleição de 1958 com o apoio de uma coligação formada pelo PDC, o PSP, o PL e a UDN. Membro da Igreja Presbiteriana, obteve elevada parcela de votos da comunidade evangélica local e exerceu o mandato de 1959 a 1962. Transferiu-se em seguida para o PTB e foi eleito deputado federal em 1962. Já na legenda da Arena, em setembro de 1966 foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembléia Legislativa. Exerceu o governo de janeiro de 1967 a março de 1971. Ver *DHBB*, op. cit.

Geremias foi escolhido governador do estado do Rio por exclusão. Era o presidente da Arena. No processo de escolha dos candidatos às eleições indiretas, em 1966, o candidato que o Castelo apresentou foi o Raymundo Padilha. Mas o Paulo Torres foi lá e vetou. E aí começou uma sucessão de nomes, até que não restava mais ninguém. Aí, o próprio Paulo Torres disse: “Então vamos apoiar o Geremias”. Paulo Torres tinha uma influência, junto ao Castelo, sobrenatural.

Mas por outro lado, fazia uma ponte com os políticos fluminenses. Com o próprio Amaral.

Ah, claro. Porque o Paulo Torres era um homem com experiência política. Não chegou no estado do Rio de boca e espora. Já tinha sido governador do Acre, tinha a origem política da família, dos dois irmãos, e um assessoramento grande do Alberto Torres. Alberto Torres também foi fundamental na articulação do governo Paulo Torres, embora não tenha sido o líder dele. O Alberto era da UDN, o Acúrcio era do PSD, e o Paulo Torres ocupava muito aquele espaço entre o PTB e o PSD.

No governo Geremias Fontes o senhor foi secretário-adjunto de imprensa do Palácio do Ingá. Deixou o jornal?

Fui adjunto de imprensa do Geremias, mas não precisei largar o jornal. Eu fazia alguns discursos para ele. O assessor de imprensa era o Antônio Rodrigues da Costa.

Ao longo do governo Geremias, houve um processo de endurecimento. O senhor deve ter acompanhado isso.

O problema do Geremias foi o seguinte: ele não teve tempo, efetivamente, para governar. Ganhou a eleição em 1966, assumiu em 67, e aí começou aquela turbulência do governo Costa e Silva, que explodiu em 68. O Geremias tinha um secretário de Segurança, que foi imposto a ele, que tinha a metade do poder no estado. Todas as nomeações passavam por esse secretário de Segurança: coronel Francisco Homem de Carvalho.

Era mais ou menos uma intervenção?

Uma espécie de intervenção branca. Então o Geremias fez, realmente, um governo de manutenção das coisas. E depois de 68 foi pior ainda. Ele foi até ameaçado de cassação, várias vezes. Tinha começado a carreira no PDC, dentro de um grupo político interessante, de um ex-prefeito de São Gonçalo chamado Joaquim Lavoura, uma pessoa semi-analfabeta. Joaquim Lavoura começou sendo lançado candidato a vereador por um grupo de estudantes da antiga AGE, Associação Gonçalense dos Estudantes, que queria fazer um protesto e lançou um candidato. Ganhou e começou a ter uma atuação na Câmara, de fiscalização do prefeito da época. Em seguida lançou-se candidato a prefeito, surpreendentemente ganhou e nomeou Geremias seu secretário. Ele ia para a frente das obras que fazia em cima do trator, e isso criou até um *slogan*: “Lavoura na picareta e Geremias na caneta”... O Geremias nasceu aí, nesse esquema, e em 66 foi escolhido governador. E foi praticamente um prisioneiro, durante dois ou três anos de governo, desse processo mais turbulento da revolução.

No governo dele houve realmente muita repressão política, houve censura...

Muito grande. A repressão política no estado do Rio voltou até mais forte do que em 64, porque o Paulo Torres não permitiu que se fizessem excessos no estado do Rio. Quando ele assumiu, a revolução tinha aceito um secretário de Segurança chamado Hugo de Sá Campelo. O que é que o Paulo Torres fez? Demitiu-o e nomeou outro, major Paulo Aguiar, que depois até se elegeu deputado federal, com o apoio dele, Paulo Torres. O Paulo Aguiar acabou com umas comissões de inquérito que o outro tinha aberto, com uma porção de coisas. O Paulo Torres reduziu ao mínimo possível esse processo. Mas com o Geremias, a coisa voltou de novo. Não por ele. Já havia também um ato mais forte, o AI-5, que podia muito mais. Foi um período muito difícil, realmente. Houve muita perseguição na época. Houve caso de pessoas serem presas até com tábua de logaritmo, porque aqueles policiais mais imbecis do Dops acharam que era um código.

As forças que queriam Raymundo Padilha¹¹ na sucessão de Paulo Torres acabaram vitoriosas, porque afinal foi ele o sucessor de Geremias Fontes.

Mas aí o Paulo Torres já tinha feito uma conciliação, já não tinha mais por que brigar. Acho até que podia brigar, se quisesse. Mas chega um momento também, na política, em que você pára um pouco, não avança muito na briga. Ele compôs, tinha interesse em eleger uns deputados federais, elegeu, e o Padilha acabou entrando.

Quem patrocinou a candidatura de Raymundo Padilha?

Foi o Médici mesmo. Veio de Brasília.

Segundo o seu currículo, o senhor foi assessor de imprensa de Raymundo Padilha.

Fui assessor-adjunto. Vamos dizer que isso é uma corruptela. Eu sou redator do serviço público fluminense, sempre fui redator da Secretaria de Administração, que, no estado do Rio, imprimia o *Diário Oficial*. Eu participava do processo de edição dos livros que a secretaria publicava fazendo as aberturas dessas publicações. Eram livros históricos sobre o estado do Rio. No governo Padilha, apenas fiz alguns discursos que o assessor de imprensa à época, Paulo de Castro Alves, meu amigo, me pedia para fazer.

Como eram as relações de Padilha com Amaral Peixoto?

Não eram ruins, não. Amaral sempre teve um bom relacionamento político com todas as facções. Com o próprio Badger da Silveira. Com o Roberto, não, aí foi uma relação até de rancor, porque o Roberto ganhou do candidato dele, Getúlio Moura. Mas já com o Badger foi uma relação de composição. O Amaral já devia estar sabendo daquela fermentação toda do processo político nacional e procurou criar uma espécie de cidadela para ele mesmo no estado do Rio. Sem briga. Não valia a pena.

¹¹ Raymundo Padilha nasceu em Fortaleza em 8 de abril de 1899. Eleito em 1950 primeiro suplente de deputado federal pelo estado do Rio na legenda do PRP, assumiu o mandato em 1952. Transferindo-se para a UDN, fez parte do Clube da Lanterna e foi reeleito em 1954, 58 e 66, já aí na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1970, foi eleito pela Assembléia Legislativa fluminense governador do estado do Rio. Exerceu o governo de janeiro de 1971 até 15 de março de 1975, data em que ocorreu a fusão dos estados do Rio e da Guanabara. Ao final de seu período de governo, sua administração foi objeto de reiteradas críticas pela má aplicação dos recursos públicos. Seu sucessor, Faria Lima, demitiu mais de 3 mil funcionários por ele contratados nos últimos momentos de sua gestão, por considerá-los desnecessários. Ver *DHBB*, op. cit.

Tentar unir. O que aconteceu. Depois que o Badger foi cassado, o Amaral uniu o que sobrou do PTB em torno da liderança dele.

Aliás, houve ainda outra briga do Amaral, além dessa com o Roberto: o rompimento dele com o Miguel Couto. Mas foi também em função da candidatura do Roberto, porque o Roberto se aliou com o Miguel.

Padilha respeitou os interesses de Amaral Peixoto na política do estado?

Foram respeitados. Padilha também tentou fazer alguma coisa na área da conciliação, mas foi um governo muito contestado. Por causa do filho, o Raimundinho. Foi uma figura em evidência na época, tinha muita influência no governo e chamava a atenção. O governo do Padilha foi mais de fechamento de um ciclo. Acho também que, quando ele foi para o governo, já sabia que mais tarde ia haver a fusão.

Padilha era contra a fusão.

Ele teve esse mérito de se colocar contra a fusão. Achava que se ia tornar ainda mais aguda a crise econômica e social do interior. Achava que o estado do Rio todo seria um quintal do Rio de Janeiro. Paulo Torres também se colocou contra a fusão. Das lideranças grandes, foi só. Amaral foi contra mas não chegou a brigar muito naquela época.

Carreira na imprensa

Quando houve a fusão, em 1975, o que aconteceu com a sucursal do Jornal do Brasil em Niterói? E com a sua carreira de jornalista?

A sucursal acabou e, com isso, o *Jornal do Brasil* trouxe a maioria dos repórteres para o Rio de Janeiro. Viemos João Luís Faria Neto, que é um jornalista brilhante, foi o último chefe da sucursal do *Jornal do Brasil*, Paulo Sérgio Barbosa, Ivan Costa, Gilda Duque, eu e muitos outros.

Quais foram suas atividades no Jornal do Brasil, já no Rio de Janeiro?

Logo no início fui repórter político. Elio Gaspari apostou muito em mim e no Dácio Malta, que era repórter aqui. Elio Gaspari foi um reformador de conceitos, até mesmo no *Jornal do Brasil*, que era um jornal muito normatizado. O que ele fez na editoria de política do *Jornal do Brasil*? Depois de seis meses que eu estava lá, ele acabou com a figura do copidesque. Pegava os próprios repórteres para copidescar o restante do material nacional e arranjava gratificações para nós. Isso aconteceu comigo e com o Dácio. Até que um dia ele resolveu fazer de nós quase que subeditores — não chegamos a ser subeditores oficiais, subeditor naquela época só tinha um, que era o Marcos Sá Corrêa. Mas, por exemplo, eu trabalhava nos fins de semana do Marcos, e o Dácio, nos dele. E quem fechava a política éramos nós. Porque o Elio fazia todo o “Informe JB” e mais o editorial do jornal. Então, nós começamos a ter um vôo grande de política nacional. Isso foi em 75, junho, julho. Nós trabalhávamos como repórteres de tarde e de noite fazíamos esse trabalho extra, que foi bom para a nossa formação profissional.

Fiz muitas coisas no *Jornal do Brasil* como interino; quando saía o titular, eu fazia. Mas só fui efetivado como subeditor de política com o Villas, eu e o Dácio.

Quando Villas aceitou a editoria de política do *Jornal do Brasil*, fez uma exigência: não trabalhava fins de semana. Criou então duas subeditorias, que deu para nós dois. Quando tínhamos alguma dúvida, consultávamos o Villas por telefone. Ele estava sempre à mão.

Em 1990, eu estava fazendo 30 anos no *Jornal do Brasil* e estava muito angustiado com uma coisa. No jornal, você tem um esquema muito pesado de trabalho às sextas-feiras, porque o jornal de domingo é praticamente todo feito na sexta, ficam só aqueles buraquinhos para se acontecer alguma coisa. Se morrer o presidente, se muda tudo, faz-se um segundo clichê. Isso é um negócio maluco, porque você compra o *Jornal do Brasil* ou *O Globo* de domingo no sábado, às seis horas da tarde. Mas então, às sextas-feiras eu chegava no jornal às duas horas da tarde e saía às três, quatro da manhã. Se fosse o meu plantão de fim de semana, às duas horas da tarde de sábado eu voltava para fechar a política; no domingo, às duas horas estava lá eu de novo... Eu não estava vivendo mais, minha vida ficou toda em função daquilo. Eu estava ficando doido. O Marcos Sá Corrêa era o editor do *Jornal do Brasil*, e eu pedi para ser demitido.

Nessa época encontrei o Renan Calheiros, com quem tinha um bom relacionamento, de jornalista político, não sei por que cargas d'água comentei com ele que estava saindo do *Jornal do Brasil*, e ele me levou para Brasília, para ser o seu coordenador de imprensa no Congresso — na época ele era deputado, líder do PRN. Fui em janeiro e fiquei com ele até maio. O Renan então pediu ao Collor para me nomear superintendente de Comunicação Social da Petrobras. Sou separado, tenho três filhos homens que ficaram comigo desde pequenos — para mim foi uma felicidade enorme, os meninos são fantásticos —, mas eu os largava aqui e dirigia a casa por telefone. Vim então para a Petrobras, para ficar de novo perto deles, e aqui estou.

Na sua opinião a fusão esvaziou a imprensa fluminense?

A imprensa fluminense na verdade sempre teve uma influência muito pequena na condução do processo político fluminense, porque o estado do Rio sempre foi muito dominado pela influência maior da Guanabara. Antes da fusão, Carlos Lacerda, Chagas Freitas, Célio Borja, todos esses políticos do Rio de Janeiro de maior expressão na mídia, estavam sempre expostos, no jornal, no rádio, e também nos programas de televisão. Porque a Guanabara tinha a propaganda eleitoral gratuita, porque as sedes das televisões ficam aqui, você via os programas da Guanabara lá. Muitas vezes, aquele eleitor menos esclarecido acabava votando no Carlos Lacerda. Como o nome do candidato era escrito no voto, o Lacerda tinha uma votação fantástica na Baixada. Chagas Freitas candidato a deputado, por causa da influência d'*O Dia*, tinha tantos votos em Caxias quanto um deputado da área.

O estado do Rio nunca teve um grande veículo, um jornal de tiragem fantástica, uma emissora de rádio que cobrisse todo o estado. Tanto que eu dei aqui o exemplo do “Grande Jornal Fluminense”, um noticioso radiofônico que marcou época porque era transmitido pelas rádios potentes do Rio. A influência da Guanabara era muito forte. Também não havia mercado publicitário. As grandes empresas do antigo estado do Rio tinham suas matrizes no Rio e faziam seus negócios no Rio, inclusive os de publicidade. Uma Siderúrgica Nacional, uma Barbará, uma Rhodia não tinha

interesse nenhum em anunciar numa rádio do estado do Rio, e sim na Rádio Jornal do Brasil, na Rádio Nacional, na Tamoio, na Tupi, no *Jornal do Brasil*, n' *O Globo*, n' *O Dia*, no *Diário Carioca*. Não havia condições de mercado para estabelecer uma imprensa própria no estado do Rio antigo. Ele sempre foi dependente da Guanabara nesse ponto.

Fusão e cultura política

*Como o senhor viu o governo Faria Lima?*¹²

Não há nem como analisar o governo do Faria Lima. Foi um governo de implantação de um processo que eu não diria que foi político, mas administrativo. Ele teve que integrar duas secretarias de Educação, duas máquinas de pessoal, duas máquinas de saúde. Não há como fazer uma análise política desse governo. Até porque ele mesmo não tinha interesse, não atendia os políticos. Dizia que não tinha vindo para isso, que tinha vindo para implantar o processo da fusão. Quem teve prestígio no governo dele? Ninguém. Nenhum político.

*É verdade. Até mesmo Célio Borja, que de certa maneira tinha sido um porta-bandeira da fusão, conta em seu depoimento*¹³ *que nunca foi recebido por Faria Lima.*

Exato. Agora, vocês sabem que a fusão só foi feita porque o Geisel recebeu uma pesquisa que mostrava que no estado da Guanabara e no estado do Rio de Janeiro iam ser eleitos dois governadores, dois senadores, 48 deputados federais aqui, 46 lá, e que o peso do MDB na Guanabara ia ser muito grande. Eles quiseram mudar isso, diluir um pouco a coisa.

A Arena carioca quis muito a fusão, não é?

A Arena carioca quis, porque pensou que fosse levar. Mas não levou. Vocês sabem que a fusão foi feita, realmente, sem nenhum estudo técnico. Se alguém disser que houve, é mentira. O documento que foi usado para instrumentalizar a Lei Complementar n° 20, que o Geisel encaminhou ao Congresso, foi um papel sem timbre oficial, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, dizendo que a fusão era viável por isso e por aquilo. O que justificou a fusão foi esse estudo. Era aquela idéia de dar uma cabeça ao antigo estado do Rio e um corpo ao estado da Guanabara. Acabou-se criando um monstro de mil cabeças.

O senhor é contra a fusão.

Eu não sou contra a fusão. Acho que a fusão foi um processo que não atendeu ao objetivo de criar realmente um estado capaz de se contrapor a São Paulo e Minas.

¹² O almirante Floriano Peixoto Faria Lima nasceu no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1917. Oficial de Marinha, comandou a Escola de Aprendizes Marinheiros do Recife entre 1956 e 1959. Durante o governo Jânio Quadros, foi subchefe da Marinha no Gabinete Militar da Presidência da República. Designado adido naval junto à embaixada do Brasil em Washington em 1969, retornou ao Brasil para integrar o corpo de diretores da Petrobras. Por indicação de Ernesto Geisel, em 1973 foi nomeado presidente dessa estatal e dois anos depois governador do novo estado do Rio de Janeiro. Durante sua gestão, que se estendeu de 15 de março de 1975 a 1979, implementou o processo de fusão dos dois estados. Ver *DHBB*, op. cit.

¹³ O depoimento, prestado aos pesquisadores do CPDOC, consta da série *Conversando sobre Política*.

Criou-se um monstrego. O que aconteceu? Empobreceu-se culturalmente o antigo estado do Rio e, economicamente, o Rio de Janeiro. O estado do Rio tinha uma cultura própria, uma identidade. Hoje não tem mais e nem se criou uma nova. O estado do Rio era bairrista, o fluminensismo era uma bandeira. Nunca houve uma bandeira que personalizasse o Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal, enquanto estado da Guanabara. O estado de espírito do carioca impede isso.

Mas os cariocas brigaram muito por certas bandeiras. Há uma coisa que é esquecida, que são as lutas autonomistas do Rio de Janeiro. Os cariocas, durante décadas, brigaram para eleger o seu prefeito.

Certo. Mas nós estamos falando aqui do conjunto de coisas que se juntaram e criaram um novo estado. Essa briga autonomista, claro, foi importantíssima. Mas o que aconteceu? Deu-se a autonomia, mas não se deu ao carioca vontade política de brigar por esse estado que ele criou. Ele construiu todo esse processo, muito bonito, de luta pela autonomia, porque é próprio do Rio ser o grande palco dos grandes movimentos políticos do país, ninguém está contestando isso. Mas isso é um mal a nível regional. Por quê? Porque o Rio não tem a vontade política de lutar, dentro do palco da federação, por direitos maiores, para ampliar os espaços do estado. É isso que eu quero que fique claro. Não estou dizendo que o carioca não tem vontade política em geral, permanentemente.

Em que consistia essa identidade fluminense que o senhor mencionou?

O fluminense era o papa-goiaba, tranqüilo...

Por outro lado, o senhor também diz de que a influência carioca no estado do Rio sempre foi muito forte, mesmo antes da fusão...

Essa influência era só política. Mas quando se arrombaram as fronteiras, a representação política piorou. Imaginem se tivéssemos grandes lideranças na Câmara dos Deputados, e na própria Assembléia Legislativa, interessadas em criar um tipo de cultura regionalista, com apelo federativo. Seria maravilhoso!

Eu acho até, de repente, que foi um erro criar o estado da Guanabara e depois, com a fusão, transformar o Rio de Janeiro na capital do estado do Rio. Por uma razão muito simples: acho que o Rio tinha que ser um território livre, porque ele é o grande pulmão político desse país. Tudo o que nós ganhamos, em termos de redemocratização, começou aqui. A luta pelas Diretas, os maiores comícios, as maiores passeatas ocorreram aqui. Você pode fazer o que quiser a nível político em São Paulo, e não tem eco. O eco está aqui. Mas isso, para coisas grandiosas. Não para o varejo. O varejo não combina com o espírito carioca.

Os fluminenses lutam pelo estado?

A representação fluminense tem alguns políticos que brigam muito, ainda, pelo interior. Conseguem muito pouco, porque não têm uma unidade maior. Acho até que o que está acontecendo neste momento é que o Marcello Alencar descobriu que o governo do estado, hoje, tem muito pouco a fazer dentro da cidade do Rio de Janeiro. Você conta nos dedos o que ele ainda rege na capital: a polícia, a Secretaria de Segurança e a distribuição de águas e esgotos. A avenida Brasil, que é a principal avenida do Rio, é da prefeitura; a Linha Vermelha é do estado, mas vai acabar

passando para a prefeitura. Então, o que é que o Marcello fez? Partiu para o interior, para fazer um governo de interiorização, para a ocupação de espaço. Porque aqui esgotou-se, realmente, o ciclo de atuação do governo do estado. Hoje, a sede do governo do estado, na minha opinião, devia mudar, devia ir para o interior. Até para você alavancar melhor esse processo. Pode ser até uma maluquice, mas sou dessa opinião. A Secretaria de Agricultura do novo estado do Rio de Janeiro, durante muitos anos, esteve localizada aqui, na rua Santa Luzia. Isso é uma loucura! Quem precisa da Secretaria de Agricultura é o homem do interior. O governo do Marcello Alencar teve o bom senso de colocar a Secretaria de Agricultura no Horto Botânico de Niterói, que era a sede da secretaria no antigo estado do Rio. Então, não é uma maluquice dizer que o governo podia ser lá. É uma questão de equilíbrio.

O senhor aprovaria a mudança da capital do estado. Mas há quem aprove a “desfusão”...

Existe um processo tramitando na Câmara dos Deputados, do deputado Alexandre Cardoso, que pede não a desfusão, mas que seja feito o plebiscito que o Geisel não fez, porque se tivesse feito não teria decretado a fusão. E se se fizer isso, hoje, tanto o homem do interior como o carioca votam pela desfusão, pela retomada das suas autonomias plenas. A fusão não contentou a nenhum dos dois. Agora, se vocês me perguntarem o que eu acho de uma desfusão, acho que, agora, seria uma loucura, porque se para integrar já foi uma loucura, imagina separar o que é da saúde de lá, o que é da saúde daqui, separar a educação, as máquinas de segurança! Seria uma loucura! Não tem retorno.

Do ponto de vista econômico interno, a fusão funcionou?

Economicamente, já havia aquele processo torto, de as coisas serem produzidas no estado do Rio e vendidas no Rio. Isso, agora, virou fato consumado, porque do ponto de vista da tributação, tudo circula dentro de um estado só. Para a integração econômica, acho até que foi bom o processo.

O problema maior da fusão residiu então na questão cultural?

E social também. Porque não se fizeram investimentos maiores na parte social no interior. Só agora é que o interior está sendo beneficiado com um processo de interiorização das obras. Até agora, a situação esteve muito ruim. O estado do Rio, durante 20 anos, teve o seu desenvolvimento social afunilado. O êxodo para a capital foi muito maior. Há municípios aí, como Cambuci, Laje do Muriaé, São Fidélis, Trajano de Moraes, Madalena, Conceição de Macabu, que sofreram um decréscimo populacional brutal. E eu acho que se incorreu numa outra bobagem, agora, no estado do Rio, que foi essa descentralização excessiva. Começou-se a criar municípios demais, e sem uma condição efetiva de viabilidade. Isso não avança o processo político-administrativo, só cria mais problemas.

Outro ponto delicado decorrente da fusão são as relações entre a prefeitura do Rio e o governo do estado. Elas sempre foram meio problemáticas, sobretudo quando o prefeito passou a ser eleito, não?

Exato. Mas já na própria fusão, o Faria Lima nomeou o Marcos Tamoio¹⁴ e eles viviam em conflito permanente. Viviam às turras, porque o Marcos Tamoio tinha ambição política, queria ser governador, era esperto, sabia andar entre cristais sem quebrar — parecia um macaco em casa de louça, era fantástico nesse ponto —, e quando o Faria Lima sentiu isso, começou a dar trancos nele. Porque o Faria Lima não tinha interesse nenhum em que ninguém saísse do seio do governo dele como candidato a nada. Ele queria dizer o seguinte: “A fusão foi consolidada por mim, como uma missão militar que recebi do presidente Ernesto Geisel”. A sucessão dele — foi o Chagas que o sucedeu — foi encaminhada por Brasília. O próprio Geisel achou melhor pôr o estado na mão do Chagas. Que era também para manter aquela aparência de que, em um estado do país, havia um governo de oposição.

Os dois caciques

De modo geral se considera que a fusão foi muito ruim para Amaral Peixoto.

Não, não. Ela deu ao Amaral um espaço político maior. Por quê? Porque se definiram dois grupos dentro do MDB, o dele e o dos chaguistas. Todos aqueles que não marcharam com o Chagas ficaram com o Amaral, tanto os políticos cariocas quanto os tradicionais fluminenses. E o Amaral se contrapôs ao Chagas como líder da corrente autêntica do MDB.

Mas Amaral perdeu o controle do diretório do MDB.

Perdeu o controle do diretório em tese, numa oportunidade, mas fez o vice do Chagas, depois do Faria Lima.

Mas a aliança Amaral-Chagas, que em 1978 levou Hamilton Xavier a vice, fazia parte de um acordo que na verdade não foi totalmente cumprido.

Mas isso foi bom para a corrente do Amaral. Porque imagina se o Chagas cumpre o acordo e dá ao grupo do Amaral quatro secretarias. O que é que ia ocorrer? O grupo do Amaral, a nível de autenticidade, desapareceria, certo? Como o Chagas não cumpriu essa parte do acordo, o Hamilton ficou como um vice-governador sem função. E com isso o grupo do Amaral cresceu na oposição ao Chagas. Ganhou espaço eleitoral.

Mas o espaço foi ficando muito fechado, tanto que Amaral Peixoto acabou indo para o PDS.

Mas isso foi depois. Nós estamos no período de 75, da fusão. É melhor esquecer por agora o PDS, senão você confunde um pouco a coisa. Qual era o grande objetivo do Amaral dentro desse processo da fusão, em confronto com o Chagas? Era impor a liderança do Moreira Franco, à época seu genro, como seu herdeiro, em contraponto ao Miro Teixeira, que era o herdeiro do Chagas. E o Amaral conseguiu esse objetivo. Como? Num determinado momento, tirou o Moreira da Câmara dos Deputados — o Moreira foi o deputado mais votado da história do antigo estado do Rio, fechou aquele ciclo eleitoral de 1974 com quase 200 mil votos...

¹⁴ Marcos Tamoio (1926-1981), engenheiro e empresário, participou da equipe técnica do governo Carlos Lacerda na Guanabara. Nomeado prefeito do município do Rio de Janeiro por indicação do governador Faria Lima, exerceu o cargo de 1975 a 1979. Ver *DHBB*, op. cit.

Moreira nessa eleição foi inclusive apoiado pela esquerda.

Foi apoiado pela esquerda. O grupo do PCB apoiou o Amaral. Você vê a competência do Amaral, até para costurar isso... Mas, como eu dizia, Amaral tirou o Moreira da Câmara, e o Moreira se elegeu prefeito de Niterói. Esse é que foi o centro das grandes articulações do grupo amaralista, já dentro da política do novo estado do Rio. E aí, por que o Amaral passou para o PDS? Tivemos o fim do bipartidarismo, a anistia, a volta ao pluripartidarismo, e ele sentiu que tinha que abrir um espaço ainda maior para o Moreira. E a única maneira era essa, era ele e o Moreira passarem, naquele momento, para o PDS. A explicação que ele dava era que tanto o PDS quanto o PMDB eram dois partidos novos, que a dicotomia do MDB e da Arena tinha-se encerrado com o fim bipartidarismo. Foi uma maneira, aí sim, de fugir. Não interessava mais a ele ficar confrontando o Chagas dentro do PMDB. Ele então foi procurar fazer política com os instrumentos do poder, e não mais só com o perfil ideológico das pessoas que o acompanhavam, inclusive o Moreira. E foi aí que o Moreira conseguiu fazer aquela brilhante administração em Niterói. Aliou-se com o Mário Andreazza, que despejou rios de recursos para ele mudar a face de Niterói, criar aquele oásis de Jurujuba, de Charitas. No final do mandato, o Moreira já estava no PDS. Quando o Amaral foi, ele foi junto.¹⁵

E digo mais. Moreira ganhou a eleição de 86 para o governo do estado do Rio depois de ter disputado a de 82 pelo PDS. Depois que enfrentou o Brizola e perdeu por poucos votos, aí sim, ele voltou para o PMDB. Por quê? O PMDB não tinha mais o Chagas, o Chagas tinha acabado, e ele voltou como salvador do PMDB. Isso tudo foi articulado pelo Amaral.

Na sua avaliação, então, a fusão foi positiva para Amaral Peixoto.

Eu acho que foi. Porque deu um espaço maior para o vôo político do grupo dele. O espaço era muito limitado no antigo estado do Rio. O Amaral, lá, não tinha nem adversário. Aqui ele encontrou o Chagas para brigar. E aí se impôs ideologicamente. O Amaral é uma figura tão fantástica, dentro do quadro político brasileiro, que foi uma das únicas lideranças que conseguiram sair de um processo de ditadura e se reciclar, se compor com os novos tempos e acabar líder democrático de uma facção que incluía até pessoas com passado comprovadamente de esquerda. Ele participou de um processo duro, a ditadura dele no Estado Novo, quando foi interventor, de 37 a 45, foi uma ditadura que criou muitos inimigos no antigo estado do Rio. E ele conseguiu, depois, no processo de redemocratização do país, se recompor. Mais tarde, nos tempos da Arena e do MDB, dentro do regime de exceção, conseguiu se converter numa liderança de oposição respeitada e terminou a vida como

¹⁵ Apoiado na grande influência política exercida por seu sogro, Ernani do Amaral Peixoto, em 1974 Wellington Moreira Franco foi eleito deputado federal pelo estado do Rio na legenda do MDB. Em novembro de 1976 foi eleito prefeito de Niterói, iniciando sua gestão em janeiro de 1977. Com o fim do bipartidarismo, acompanhou seu sogro e no início de 1980 filiou-se ao PDS. Seu mandato na prefeitura deveria encerrar-se em janeiro de 1983, mas em maio de 1982 desincompatibilizou-se para se candidatar, pelo PDS, ao governo do estado. Foi derrotado por Leonel Brizola mas em 1986, já na legenda do PMDB, voltou a disputar a eleição para governador, sendo então bem-sucedido. Foi governador do estado de 1987 a 1991. Ver *DHBB*, op. cit.

líder democrático. Quer dizer, o Amaral conseguiu apagar um pedaço do próprio passado político, aquilo em que ele era mais contestado.

E quanto à tese de que Chagas Freitas foi o grande vencedor da fusão?

Chagas foi vencedor por ter ganho o governo. Agora, eu faço uma pergunta: terá sido mesmo? Porque, vejam bem, o Chagas acabou no seu segundo mandato, e o Amaral não. O Moreira, herdeiro do Amaral, se elegeu governador. O herdeiro do Chagas não se elegeu.

O chaguismo acabou se identificando muito com o regime militar.

É. Mas a História é feita de incoerências, e algumas delas são até positivas. Embora o Chagas fosse um homem composto com a revolução — se não fosse, não teria sido governador indireto dentro do processo revolucionário —, ainda assim deixou um espaço em que foi possível aproveitar as forças que se contrapunham ao regime de exceção militar, para ocupar determinadas funções na área parlamentar. O Chagas fazia composições, se obrigava, por ter o comando do MDB, com algumas parcelas da esquerda que se elegiam sob a legenda do chaguismo. Quando eu digo legenda do chaguismo, é porque naquela época o MDB era o Chagas. Ele tinha um livro de atas do MDB. Fazia as reuniões, levava o livro debaixo do braço, todo mundo assinava, ele guardava e decidia o que queria.

Quando se decidiu a fusão, e ficou evidente que seria preciso criar o novo diretório do MDB, integrar os dois que havia antes, o que foi que o Chagas começou a fazer? Na época ele era o governador da Guanabara, já tinha o poder na mão, e então usou esse poder para cooptar políticos do antigo estado do Rio. Como, por exemplo, os da Baixada Fluminense. Ele tinha como conceder alguma coisa a esses políticos, benefícios, coisas menores que dão embasamento a uma atuação política. Só o fato de aqueles políticos da Baixada dizerem que tinham estado com Chagas Freitas criava um impacto na localidade. Além disso, Chagas tinha a arma principal, que era o jornal. Aqueles políticos começaram a ser divulgados pelo *Dia*. Ficava a marca, já aí, do político que estava acertado com o Chagas. O sujeito começava a sair no noticiário.

Para entender o chaguismo, é preciso ver o seguinte: quando o Chagas começou a vislumbrar horizontes de liderança política — porque ele foi várias vezes o deputado federal mais votado do antigo Distrito Federal pelo PSP, foi o grande nome do ademarismo aqui —, percebeu que podia dar o grande salto político da sua carreira fazendo do jornal o ponto principal de apoio das suas campanhas. Ele tinha então o jornal e o partido como instrumentos para atingir os seus objetivos políticos. Mais adiante, conseguiu se eleger indiretamente governador da Guanabara e formou um tripé: partido, jornal e poder.

O importante, a seu ver, seria o fato de que o chaguismo não sobreviveu ao segundo governo Chagas, pós-fusão. Não deixou um legado.

Não deixou. Tanto que eu acho que a expressão mais notável, a frase mais definitiva sobre a morte do chaguismo é do próprio Miro Teixeira. E essa frase ele disse a mim, quando perdeu a eleição de 82 para o Brizola. Diga-se de passagem que o Miro, hoje, é um dos políticos mais importantes do Rio de Janeiro, naquilo que você pode classificar como defesa dos interesses do estado, com uma grande visão nacional.

O papel do Miro naquele processo de 82 também foi muito importante. A vitória do Brizola, realmente, se tornou possível porque o Miro se considerou derrotado no terceiro dia de apuração. Com isso ele evitou que aquela fraude da Proconsult¹⁶ prosseguisse, se consumasse. Mas depois da eleição fiz uma entrevista com ele e perguntei: “Miro, o que é que houve realmente? Por que você perdeu?” Ele respondeu: “Você entenda uma coisa: a era da bica d’água acabou”.

O chaguismo foi isso, o chaguismo foi a bica d’água. Agora, foi a bica d’água colocada com muita inteligência. Chagas sabia a hora de instalar a bica, de fazer o calçamento da travessa x e de escolher os homens para capitalizar aquela obra. O chaguismo foi obreiro, mas não de grandes obras. Acho que não existe uma grande obra do Chagas na paisagem carioca.

Nesse sentido, os perfis do líder Amaral Peixoto e do líder Chagas Freitas são completamente diferentes.

Completamente diferentes. E eu acho que o Amaral ganha nesse confronto, porque ele continua depois, e o Chagas acaba na eleição de 82. O Amaral ainda viu o genro ser eleito governador, morreu depois disso.

Algumas interpretações vêem o governo Chagas Freitas como um período de regionalização, o que teria sido importante no sentido de criar uma máquina estadual. O senhor concorda?

Concordo. Claro. E o poder do Chagas se esgotou quando a máquina envelheceu. Quando houve a abertura, o que foi que surpreendeu o chaguismo, o que foi que se contrapôs à máquina? O discurso ideológico. O chaguismo não imaginava que a eleição de 82 fosse se passar no grande cenário da televisão, que foi o grande palanque, nem que o Brizola fosse realmente conseguir empolgar.

Miro percebeu isso, tentou se afastar daquela origem de “bica d’água” e buscar a assessoria dos “luas pretas”,¹⁷ mas não adiantou.

Não, acho que quando o Miro tomou aquela atitude, já sabia que tinha perdido a eleição. Miro é muito inteligente, é um político que está muito acima da geração dele. Pensa muito adiante da maior parte das lideranças do Rio de Janeiro de hoje. Quando sentiu que o processo ideológico estava avançando, estava ganhando espaço e ia dominar a eleição de 82, já sabia que ia ser difícil para ele romper aquela barreira.

Líderes e lideranças

O chaguismo esgotou-se em si mesmo, como se esgotam todos os movimentos que se personalizam numa liderança só, porque são movimentos individualizados. Acho até que é um erro se falar em amaralismo, porque aí foi diferente, o PSD sempre foi maior do que o Amaral. Quer dizer, o Amaral não suplantava a força do partido, enquanto o Chagas superava a força do PSP, era maior que o PSP e foi maior que o MDB, que ele criou. Quando o país começou a ganhar as condições efetivas de abertura, o chaguismo começou a desmoronar. Como desmoronou o lacerdismo. Porque o lacerdismo, também, foi um movimento personalizado.

¹⁶ Ver, neste volume, o depoimento de Pedro do Coutto, nota 32.

¹⁷ Idem, nota 31.

E o brizolismo?

Também. Você repara que esses movimentos têm quase que um ciclo parecido de 10 anos. O período áureo do lacerdismo durou 10 anos, da contestação e da queda de Vargas, em 54, até 64, com Lacerda governador da Guanabara. Depois, Lacerda foi cassado, perdeu os direitos, ficou no vácuo e acabou na fumaça. E não teve substituto, não teve seguidor. Depois você teve o chaguismo, e depois o brizolismo. É a mesma coisa. O brizolismo teve também o seu ciclo, de 82 a 92. Acredito até que o Brizola possa se eleger senador pelo estado do Rio, hoje, e muito bem votado. E aí fica a dúvida, pode ser até que ele consiga estender mais um pouco o chamado brizolismo. Mas ele também não tem substituto. Quem é o herdeiro do Brizola? Ninguém.

O chaguismo, no episódio da fusão, foi muito facilitado porque o Chagas tinha o governo, tinha o partido — o segmento mais forte do novo MDB, que era o da Guanabara, com um monte de deputados estaduais e federais — e tinha o jornal. Acho que o jornal, realmente, foi a principal arma eleitoral do Chagas, em todo o seu período de ascensão. Ele soube usar o jornal como ninguém. Sem despersonalizá-lo naquilo que ele se propunha, que era ser uma resenha policial e um veículo de defesa dos interesses do cidadão, do bairro, que dava a dica do pagamento do INSS. *O Dia* era um jornal de serviço e de polícia. Ninguém soube usar tanto um veículo próprio quanto o Chagas. O que também é um mérito, na minha opinião.

Lacerda foi um líder nacional de expressão, mas acho que o Chagas, desses governadores todos do estado da Guanabara, foi o que mais expressou aquilo que eu reclamo tanto, o sentimento bairrista que falta ao carioca. Orgulho carioca. Com o Chagas você teve isso. O Rio, naquele período em que ele foi governador, deixou de ser apenas o grande arauto da política nacional. Embora, paralelamente, as coisas acontecessem por aqui. Mas ele era diferente do Negrão e diferente do Lacerda, que eram governadores que jogavam mais para o nacional.

Como o senhor definiria Brizola? Ele também não fez o jogo do regionalismo.

Não. Pelo contrário. Só quis jogar no nacional. A nível regionalista, foi o pior momento. O estado do Rio, hoje, tem 91 municípios contando com a capital, mas quando o Brizola foi governador pela primeira vez, não chegava a ter 70. Brizola foi governador durante quatro anos, e acho que não chegou a visitar metade desses municípios. Foi um governador de periferia, do Grande Rio. Brizola não gosta de varejo. Chagas gostava. A diferença está aí. Chagas sabia quem era quem em Quintino, quem era quem em Bangu... Era paciente para ouvir o político, gostava de ouvir. Esse governo de bica d'água que ele fazia, como o Miro definiu, era feito junto com o político que o apoiava em cada região do Rio, em cada município. As obras eram liberadas através desse político, as nomeações eram feitas através dele. Acho que a importância do Chagas estava aí, ele regionalizou. Mas deixou um vácuo. Não tinha força de liderança nacional para jogar também na aceitação federativa das grandes propostas do estado.

Um dos grandes erros do Brizola foi não ter, da primeira vez que foi governador, se descompatibilizado e disputado o mandato de deputado federal ou até de senador. Aí ele ia correr o interior todo e talvez criasse um elo de ligação. Mas a coisa mais fantástica que eu vejo no Brizola e no PDT é a capacidade que eles têm de

renascer das cinzas. Tanto que eu não me arrisco a dizer que o brizolismo acabou, como acabou o ciclo do lacerdismo ou do chaguismo. O Brizola ainda está aí, e é imprevisível o que pode acontecer. Ele tem um carisma indiscutível. Se parar para conversar com você na rua vai juntar gente em volta dele. Ele tem aquele carisma que muito poucos políticos têm. É fascinante, isso. Acho que ele merece até um estudo de ciência política mais profundo.

Se se pudesse juntar personalidades... Vejam que coisa fantástica, o que seria de bom para a história do estado do Rio, se se pudesse juntar numa figura só o ímpeto do Lacerda, a capacidade de ouvir do Chagas Freitas, o carisma de líder nacional do Brizola e o poder de articulação do Amaral Peixoto... Imaginem que figura fantástica ia sair daí!

Acho que, hoje, uma das causas da falta de lideranças mais fortes é que se deixou de fazer política na universidade. A universidade deixou de ser, realmente, a grande fonte geradora de novas lideranças. Isso foi uma coisa que a revolução fez deliberadamente, com aquelas portarias que o Jarbas Passarinho bolou para matar o discurso dentro da universidade. Esse discurso não renasceu nunca mais, não sei se por falta de competência ou de interesse dos governos, ou dos próprios condutores do processo universitário no Brasil. Hoje o Poder Legislativo está se transformando numa colcha de retalhos das grandes corporações. A Igreja Batista está avançando muito, a Igreja Universal tem uma bancada própria, há o pessoal que representa o Banco do Brasil, que representa a Caixa Econômica, os ruralistas, não sei que mais... Essa falta da política na universidade pode ser drástica para o nosso futuro enquanto nação! Isso me preocupa muito.